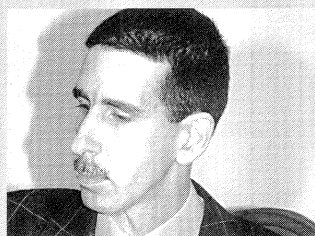


Quem são os debatedores



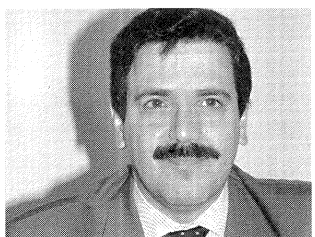
Maria Suzana De Stefano Menin é doutora em

Psicologia da Educação e docente do Departamento de Educação da Unesp – Faculdade de Ciências e Tecnologia - Presidente Prudente. E-mail: menin@prudente.unesp.br



Ricardo Resende é assessor do deputado Campos Machado e coordenador geral da campanha "Crime não tem idade - Maioridade penal aos 14 anos".

E-mail: cape_eventos@osite.com.br



Clilton Guimarães dos Santos é promotor de Justiça da Infância e da Juventude em SP e coordenador do Comitê Estadual contra a Redução da Maioridade Penal. E-mail: clilton@zipmail.com.br

"A excessiva tolerância penal leva à impunidade e à reincidência"

Ricardo Resende

Os índices de violência e de criminalidade em nosso país têm crescido em proporções nunca antes verificadas, deixando de ser, inclusive, característica dos centros urbanos, para atingir o interior dos Estados. Os dados são alarmantes, principalmente quando se verifica a autoria material e intelectual dos crimes. Em grande parte, adolescentes entre 14 e 18 anos, que têm plena e absoluta consciência que os atos que praticaram são delituosos e, mais ainda, de que estarão impunes, pois a lei não os atinge de maneira eficaz.

O ECA é uma importante arma para a prevenção do crime e para a preservação dos direitos dos menores. Entretanto, é preciso diferenciar menores abandonados e autores de pequenas infrações de menores criminosos de altíssima periculosidade. Autores de crimes com crueldade, sadismo e perversidade. Para estes, o ECA dá o direito de matar com impunidade. Segundo o Estatuto, o menor, ainda que tenha cometido vários homicídios, ficará internado em estabelecimento não prisional por no máximo três anos. Ao final das medidas socioeducativas, ele será um indivíduo primário, podendo voltar a matar com direito à liberdade provisória. O ECA não permite, sequer, o desenvolvimento da consciência de que o crime não compensa.

Com esta impunidade assegurada legalmente, não é de se estranhar que a criminalidade entre adolescentes venha crescendo de maneira exponencial. A legislação atual é um incentivo ao crime. Somente em 1999, fugiram da Febem cerca de 2.200 adolescentes. A maioria voltou após cometer outros atos de violência. Quantas pessoas estariam vivas se cada adolescente que fugiu tivesse recebido medida penal efetiva, em ambiente adequado à sua periculosidade? A po-



pulação exige uma reação por parte das autoridades.

Ao grito de pânico que vem das ruas, está subjacente a idéia de que os menores são, antes de mais nada, o produto de condições sociais, econômicas, culturais e familiares adversas, que precisam ser atacadas para resolver o problema. Ninguém em sã consciência nega a existência e influência destes fatores, que precisam ser analisados e, na medida do possível, erradicados, mas não se pode fechar os olhos ao outro lado do problema, o das vítimas destes criminosos juvenis. Garantir a vida das vítimas e de seu círculo familiar é a prioridade a ser perseguida urgentemente.

É preciso que haja uma ameaça de punição severa para eventualmente demover estes jovens da intenção criminosa. Se os jovens não têm o juízo de um adulto experiente, não significa que não tenham a capacidade de entender o que fazer. Nossa lei é do tempo em que o Brasil era outro, não havia tanta violência, nem tantos adolescentes roubando, trafi-

cando e matando. Herdamos uma excessiva tolerância penal que está levando à impunidade e à reincidência. Se há dois valores a serem considerados, de um lado a personalidade e a formação do adolescente e, do outro, a integridade física, psicológica e patrimonial da imensa maioria dos cidadãos brasileiros, deve prevalecer o interesse social.

A redução da maioridade não pretende resolver de maneira definitiva a questão da violência, mas, com certeza, evitará os crimes cometidos por aqueles que só os cometem porque contam com a inimizabilidade, que hoje é sinônimo de impunidade. Eu gostaria de lembrar que o presidente da República manifestou-se favorável à redução no jornal O Estado de S. Paulo, de 16/10/99.

A grande pergunta que a nossa campanha deixa à mesa é: O que fazer para impedir a sanha destes menores assassinos, cruéis, perversos, que não são alcançados de maneira eficaz pela lei? Hoje, as unidades da Febem têm um "murinho" de 1,5 m de altura. Eu tenho dezenas de depoimentos dos menores dizendo que vão embora na hora em que quiserem. Num

dia desses, uma perua da Febem fazia o transporte de 12 internos, adolescentes, menores infratores, dentre os quais alguns latrocidistas, homicidas etc., com o motorista e um segurança. Desneces-

"É preciso que haja uma ameaça de punição severa para eventualmente demover estes jovens da intenção criminosa"

sário dizer que eles foram dominados no trajeto e que os menores ganharam a rua. Os mesmos menores com os quais a nossa valorosa polícia troca tiros, arrisca a vida para levá-los para a cadeia. O Estado tem um gasto absurdo para colocar estes meninos re-

clusos nas unidades da Febem, que dá tratamento de criança abandonada para um menor de altíssima periculosidade, mais perigoso, inclusive, que os presos do sistema prisional. Cito uma passagem interessante: o governador do Estado, ao interditar a unidade Imigrantes, depois de uma rebelião, foi obrigado a transferir os 70 piores, os líderes, para o COC. O COC é um complexo penitenciário anexo à Casa de Detenção, que hoje abriga matadores, pistoleiros e outros que cometeram crimes. Estes menores foram transferidos para lá e os presos fizeram um abaixo-assinado à direção do presídio pedindo a saída deles, pois não agüentavam mais a sua presença. Isto é para dar uma dimensão para as pessoas e para a sociedade do tipo de gente com que estamos tratando. É muito comum quem ataca ou é contra a campanha misturar o menor abandonado com a questão do menor infrator. Nós dividimos muito bem isto e não estamos falando do menino maltrapilho que está nos faróis vendendo batinhas. Estamos falando dos menores infratores com crimes graves, que correspondem hoje a 63% dos internos da Febem, sendo 12% crimes contra a vida.



"A culpa pela insegurança pública não é do adolescente"

Clilton
Guimarães dos Santos

Eu preferiria estar aqui para falar sobre cidadania, direito, igualdade. Mas me sinto à vontade para falar sobre muitas coisas, pois este é o país dos oportunistas e dos sem-memória. Este país nos faz voltar atrás e rediscutir temas que já estavam discutidos há mais de 10

anos. País que não evolui por causa das elites, que continuam prestigiadas pela oligarquia, elegendo um Legislativo que não legisla, que se curva ao Executivo e que depois precisa de campanhas como esta para se dizer presente perante a sociedade civil.

Quando vamos falar de criminalidade juvenil, se os que protagonizam a campanha preferem sair do campo do direito e da filosofia e entrar num discurso evasivo e emocional, saibam que também sei fazê-lo.

O jovem da periferia hoje é educado pela Rede Globo, desedu-

cado pela mídia eletrônica, cujo maior expoente é o Ratinho, ou cujo maior empresário é aquele que recebeu uma concessão de serviço público para promover um cassino televisivo. O jovem brasileiro é educado por esta TV pobre e sem compromisso com a ética social. É influenciado por autoridades que lhes dão as costas sistematicamente e que brincam de realizar tarefas que não realizam com eficiência e proficiência. Quando o jovem agride, ele age como um animal, mas nós sabemos que quem o fez assim fomos nós mesmos. Por isso é que nós perdoamos os policiais militares que matam, pois nós também os construímos assim. Temos uma escola pública que não educa, que ignora o ECA. Estas pessoas que hoje falam de rebaixamento da maioria nunca leram o ECA.

Não escuto discurso político por opção, mas queria esclarecer aos meus amigos que a lei é um discurso igual ao dos políticos. Funciona só quando eles querem. Em 1990, o crime da moda no Brasil era o seqüestro, o que acabou gerando a chamada Lei dos Crimes Hediondos. Tal lei só veio à tona porque foi seqüestrado o irmão de um empresário carioca, amigo de grandes autoridades, assim como o homicídio passou a ser hediondo depois que morreu uma atriz, filha de uma importante pessoa do meio artístico.

No Brasil, as legislações são feitas pela elite. A mesma elite que quer nos fazer crer que o crime acabará depois que a lei entrar em vigor. Quem aqui não tem pavor de seqüestro, estupro? É sinal de que os crimes continuam apesar da lei. Na verdade, a única coisa positiva nesta campanha pela redução da maioria é que, pelo menos, ela é honesta em um aspecto. Somente 12% da criminalidade podem ser atribuídos a jovens e não mais que isto. Se tivéssemos a aplicação do ECA, estes números seriam bem inferiores, porque teríamos apoio às famílias, outras estruturas, pedagogia.

Há um mês, fui convidado para um jantar com a elite financeira. O jantar aconteceu no apartamento de um dos responsáveis pela divulgação propagandística do governo FHC, dono de uma grande agência de publicidade. Fui arrastado para lá porque vieram americanos da Câmara Brasil/EUA de Comércio dizer para nós, brasileiros, como os americanos tratam jovens infratores. Havia uma senhora sexagenária de Nova Iorque e um pastor negro de Boston, que disse-

“No Brasil, as legislações são feitas pela elite. A mesma elite que quer nos fazer crer que o crime acabará depois que a lei entrar em vigor.”

ram o seguinte: retiramos os adolescentes das mãos da polícia e do MP, colocamos 80% deles na universidade; 20% nós perdemos, não tem jeito; há um envolvimento de tal modo com o crime que não conseguimos retirá-los. Só depois percebi o porquê da elite financeira estar presente: os americanos disseram que não têm problemas em receber fundos dos banqueiros de lá. Se eu disser para os empresários americanos que preciso de uma escola num barco flutuante que custe US\$ 1 milhão, eles investem. Qual é o percentual de investimento em questão social e educacional no Brasil? O governo atual do Estado de SP fecha escolas e constrói presídios. Que futuro pretende?

Os protagonistas desta campanha deveriam fazer um estudo detalhado para não falarem bobagem. Nos EUA, dizem eles, a ques-

tão se resolve porque há cadeia para os jovens. Eles não sabem, porque nunca estudaram a fundo, que lá convivem dois sistemas e o mais eficaz é o que trata o jovem como tal e não o que o trata como adulto. A reincidência no sistema que trata o jovem como jovem é baixíssima, não ultrapassando 15%; a reincidência no que trata o jovem como adulto, colocando-o em penitenciária, é de 55% ou 60%.

Gostaria de esclarecer uma questão: o presidente Fernando Henrique Cardoso é contra o rebaixamento da imputabilidade penal. Ele apenas pediu, num determinado momento, para que se reveja o ECA e sequer citou a questão da imputabilidade, para o que precisaria propor uma emenda constitucional. Na mesma ocasião, o ministro da Justiça foi autorizado por ele a dar uma longa entrevista na IstoÉ, reafirmando a posição contrária do governo ao rebaixamento.

Em abril/99, estive no Tribunal Internacional dos Povos, onde compareceram italianos, franceses, belgas, portugueses e outros. Todos disseram que a nossa legislação é paradigma para o mundo. Países como Portugal pensam em rever sua legislação com base no ECA.

A culpa pela insegurança pública não é do adolescente, continua sendo nossa, adultos e autoridades. Eu queria saber quanto estes deputados investem na campanha contra a venda e comércio de armas do Brasil. Nenhum tem esta coragem. São os mesmos que defendem a Rota, a violência. Que paz eles querem?

Norma, direito, são convenções que pressupõem contrato. Este país tem quatro ou cinco contratos sociais. Nós participamos do contrato da elite e ignoramos o contrato social do pobre, que é serviço público falho, maus tratos por parte das autoridades, inacessibilidade de direitos e, ainda, políticos que nos enchem de corrupção, insatisfação e que promovem campanhas abomináveis como esta.